

***Ethos* coletivo e identidade nacional nos discursos presidenciais de 25 de Abril: uma análise discursiva**

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.5>

Rosalice Pinto*

*IFILNOVA-ArgLab/CEDIS/PROTEXTO. Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT) através do projeto estratégico da NOVA - Instituto de Filosofia (UIDB/00183/2020).

Resumo: Este trabalho, centrado em perspectivas teóricas que preconizam o estudo da materialidade plurissemiótica de textos sócio-historicamente situados, objetiva mostrar de que forma o *ethos individual* e o *coletivo* são materializados em dois discursos presidenciais de 25 de Abril: o de Ramalho Eanes de 1977 e o de Marcelo Rebelo de Sousa de 2017. Estudos preliminares atestam que, apesar dos *ethè* individuais *serem* distintos, os *coletivos* são similares. As tonalidades distintas, demarcadas por diferentes recursos enunciativo-retóricos, são historicamente constringidas. Trata-se de um estudo exploratório, carecendo da recolha de um *corpus* mais alargado para uma possível generalização dos resultados obtidos.

Palavras-chave: 25 de Abril, discurso político, *ethos*, recursos enunciativo-retóricos

Hoje, felizmente, 50 anos depois, somos um país democrático, em paz, aberto ao mundo e que nos podemos orgulhar, não só de não estarmos isolados, como de termos um português como secretário-geral das Nações Unidas.

António Guterres, ONU, 18/3/24

1. Introdução

Os discursos de celebração de natureza política, em território português, apresentam algumas características que lhes são peculiares uma vez que são marcados por teor de celebração; apresentam um marco temporal relevante; estão integrados em celebrações oficiais; são preparados previamente; dirigem-se a cidadãos portugueses e são difundidos pelos *media* (Pita & Pinto, 2017).

Esses eventos discursivos, nos diversos gêneros em que possam vir a estar assentes, caracterizam-se por certo ritual: além de obedecerem a alguns constrangimentos formais, sócio-historicamente e institucionalmente determinados, também caracterizam-se por aspectos composicionais, temáticos, enunciativos regulares, mas também singulares. Tais eventos são construídos em função das imagens (*ethè*) dos atores políticos (discursivamente construídas), das representações dos interlocutores envolvidos, de modo a afetá-los e até emocioná-los (*pathos*) e dos arazoados argumentativamente construídos para transmitir certa racionalidade ao discurso (*logos*).

O *discurso presidencial de 25 de Abril* (aqui assumido como um exemplar de gênero discursivo¹ de natureza política), especialmente, sinaliza claramente uma data histórica para Portugal: a celebração do fim da ditadura salazarista e o “renascer” da liberdade política do povo português. Em cerimônia solene, de caráter formal, o interveniente político profere um discurso que

¹ Assume-se aqui que os gêneros do discurso (ou discursivos) correspondem a práticas de comunicação sócio-historicamente definidas, com características estáveis e mutáveis em função dos diversos aspectos contextuais a que estão sujeitos: papel dos participantes, circunstâncias temporais e espaciais em que ocorre a comunicação, finalidade. Para detalhes, ver: Maingueneau (2004) e Pinto (2010).

remete à história do país, mas também ao seu futuro, como bem salienta Marques (2014):

O objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como movimento militar, momento de rutura política, projeto nacional, movimento patriótico, mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de democracia, liberdade e, particularmente, de esperança, o que implica uma valorização do futuro (p. 300).

Nesse contexto, não é apenas um *ethos* de liderança individual que é representado, mas, sobretudo, um *ethos coletivo* (Amossy, 2021), construído em função das expectativas do seu alocutário. Este locutor coletivo tende a unificar grupos diversificados, podendo até vir a criar ou simular certa homogeneidade de cariz identitário a partir dos valores (Koren, 2019) a eles atrelados.

Partindo desses pressupostos, este trabalho objetiva mostrar que, embora a construção do *ethos* individual de Ramalho Eanes e o de Marcelo Rebelo de Sousa, em seus discursos presidenciais de 25 de abril de 1977 e 2017, respectivamente, seja distinta (até em função do *ethos prévio/pré-discursivo*² a ele atrelado), o *ethos coletivo* construído é muito similar. Tal descrição, discursivamente marcada, pode vir a contribuir também para a identificação dos valores imbricados nesses discursos para a construção de uma identidade nacional.

Para atingir os objetivos pretendidos, assume-se aqui uma perspectiva interdisciplinar para o estudo da enunciação. Convocam-se, para tal, subsídios teóricos não apenas dos estudos enunciativos, propriamente ditos, mas também da Retórica, da Análise do Discurso. Assim, conjugam-se contribuições de autores diversos que procuram estabelecer um diálogo entre estudos retóricos e discursivos tanto sobre a descrição do *ethos* quanto sobre os valores a ele atrelados. Citam-se, no primeiro caso, trabalhos de Amossy (1999, 2012, 2021); Maingueneau (1999, 2004) e Charaudeau (2005). No segundo, é de se fazer referência à pesquisa impetrada por Koren (2019), sem deixar de relevar também a contribuição de analistas que refletiram sobre

2 O *ethos prévio* ou *pré-discursivo* (Amossy, 1999 e Maingueneau, 1999, respectivamente), dependendo do analista teórico, corresponde às representações prévias que o alocutário/interlocutor pode ter do locutor antes de sua tomada de turno. Esta imagem é ratificada, reformulada ou mesmo atenuada discursivamente.

a enunciação em uma perspectiva mais ampla³, em que a linguística da enunciação se apresenta imbricada à análise do discurso⁴, como salientara Kerbrat-Orecchioni (1980). No caso, convocam-se, mais especificamente, as contribuições de Rabatel (2008, 2014).

Em termos metodológicos, seguir-se-á uma metodologia descendente de análise, de natureza qualitativa, procedendo-se à análise do conteúdo verbal transcrito de dois discursos: o de Ramalho Eanes e o de Marcelo Rebelo de Sousa, na sessão solene de 25 de Abril: o primeiro de 1977 e o segundo de 2017. Estes correspondem àqueles proferidos no primeiro mandato desses atores políticos, quando na celebração da data festiva. Ressalta-se que a construção desses discursos resulta da representação coletiva da população de um evento marcante para o povo português: o 25 de Abril de 1974, pautado por valores socialmente partilhados. Evidentemente, trata-se de um estudo exploratório, carecendo da análise de um *corpus* mais alargado e, como tal, mais passível de generalização.

2. Aspectos teóricos

Nesta parte merecem ser estabilizados alguns conceitos que são fulcrais no âmbito deste trabalho: as noções de *enunciação* (em uma perspectiva mais ampla) e a de *ethos* (individual e coletivo). Para tal, foi selecionado um percurso teórico variado, advindo de investigadores diversos que, com suas especificidades, consideram que questões sociais, retórico-discursivas e, até mesmo, psicológicas devem estar diretamente atreladas ao estudo da(s) linguagem(ns), em suas inúmeras manifestações discursivas.

³ Aqui, assume-se a terminologia adotada por Kerbrat-Orecchioni (1980). Para a autora, a enunciação pode ser estudada de um ponto de vista amplo ou restrito. No primeiro caso, esta se baseia nas relações a serem estabelecidas entre o enunciado e o quadro enunciativo. Já no segundo, são descritos os marcadores linguísticos utilizados pelo locutor para deixar no enunciado as suas "impressões digitais", demarcando maior ou menor distanciamento àquilo que enuncia.

⁴ Esta abordagem, a meu ver, se aproxima da teoria desenvolvida por Rabatel sobre o ponto de vista (PDV). Para este autor, este consiste na forma como um sujeito, em sua relação com outros interlocutores, apreende determinado objeto do discurso, sendo esta ancoragem social, histórica e axiológica. Dessa forma, esta seleção enunciativa deste PDV é sempre argumentativamente orientada. Para detalhes, ver Rabatel (2008).

2.1. Enunciação e *ethos*: uma relação linguístico-discursiva

Como já é consensual, sabe-se que a enunciação está no cerne dos estudos discursivos⁵: a enunciação, do ponto de vista discursivo, incorpora também o ato de linguagem em sua abrangência – Charaudeau (2015). Na verdade, é através do posicionamento enunciativo do locutor em relação à imagem contruída do seu interlocutor, concernente aos objetivos pretendidos, à sua situação de comunicação, ao universo de crenças que pressupõe compactuar com esse interlocutor, que é construída discursivamente determinada “versão do mundo”, referenciando-o⁶, de forma seletiva através de recursos linguísticos vários. Estes objetos do discurso não são, portanto, estáticos, mas criteriosamente escolhidos em função da própria posição do locutor, do seu objetivo, em sua relação intersubjetiva com o alocutário, numa situação de comunicação determinada. Assim, pelo fato de focalizar determinados elementos em detrimento de outro pode-se afirmar a existência intrínseca, em todo discurso, *de certa orientação de natureza argumentativa*. Assim, evidencia-se que a dimensão argumentativa, como já afirmara Amossy (2012), é intrínseca a qualquer discurso. No entanto, qual seria a relação a ser estabelecida entre o estatuto do Locutor/enunciador e a noção de *ethos*, fulcral nesta contribuição?

Para tal, retoma-se a tese desenvolvida por Pinto (2010, p. 252) para a qual o Locutor, constituindo-se como enunciador no universo textual-discursivo⁷ não é um ser estático, podendo vir a apresentar várias imagens (*ethè*), textualmente perceptíveis, através de marcas da enunciação deixadas pelo enunciado (Fiorin, 1999), sendo estas sócio-historicamente constrangidas, ou, como afirma Maingueneau (2008):

O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à sua fala; o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido

5 Vale salientar que se prioriza a dimensão social e contextual da enunciação em sua materialidade textual. Com isso, contributos de teóricos que se centraram em uma visão estritamente linguística para o seu estudo em enunciados, como Benveniste (1974); Ducrot (1984), não foram aqui apontados.

6 Para detalhes sobre os estudos da referenciação nos discursos de 25 de Abril, ver Marques (2018).

7 Este trabalho parte do princípio de que o texto é uma unidade de comunicação, sendo condicionado por fatores psicológicos, sociais, históricos e interacionais, dentre outros. Esses fatores, tradicionalmente relegados ao âmbito discursivo pela Análise do Discurso Francesa (Maingueneau, 1991), são incorporados na própria materialidade plurissemiótica dos textos.

fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (p. 17).

Aqui, considera-se a existência de um agente político que, no universo textual, se transfigura em um L1/E1 (doravante L) que é responsável pela criação de uma cenografia textual, materializada por recursos verbais e até não-verbais (gesto, postura, voz – aqui não estudados). Esse L procurará legitimar, textualmente, o seu papel institucional e social colocando em cena vários enunciadores, que também traz à tona pontos de vista diversos. Pelos recursos linguísticos selecionados pelo L, que é o gestor desta tessitura textual, este L pode vir a incorporar o ponto de vista de outros enunciadores, se afastar dos mesmos e criticá-los. É pela construção de todo esse universo textual, constrangido por elementos sócio-político-institucionais diversos, que o L construirá uma imagem de si – *ethos* – colocando em cena uma pluralidade de outros enunciadores que permeará uma imagem *composite* do próprio *ethos do L*. “Esta flutuação imagística pode conferir ao texto um maior ou menor teor persuasivo”⁸ (Pinto, 2010, p. 252).

Essas impressões digitais lançadas pelo Locutor podem vir a transmitir ao texto *tons* diversos: mais didático, mais ponderado, mais autoritário, mais combativo. Essas percepções dão-se a partir das representações sociais que os alocutários possuem dos atributos atrelados a essas características, permitindo-os depreender o conteúdo do discurso e, possivelmente, partilhar o posicionamento enunciativo defendido. Em síntese, o *ethos* corresponde, no escopo deste trabalho, à imagem ou à representação textual desse Locutor/enunciador, constrangido socialmente e institucionalmente, que se constrói textualmente de forma multifacetada, em função de um auditório, de acordo com representações prévias que circulam socialmente junto a seu interlocutor, de forma a afetá-lo/emocioná-lo (*pathos*) e atingir o seu objetivo. Esse caráter patêmico associado à construção dessa imagem de si (*ethos*), embora não seja aqui desenvolvido, é indissociável do cunho enunciativo-retórico e discursivo atrelado à noção do *ethos*. Vale ressaltar que este *ethos* tem um caráter enunciativo, discursivo, mas também retórico. Dessa forma, é caracterizado por três elementos: a *phronesis*, a *eunomia* e *arete*. O primeiro relacionado às características únicas e específicas de determinado orador (do ponto de vista discursivo – um (L))⁹; o segundo está relacionado à identificação, à boa vontade e adaptação desse orador ao

8 Para detalhes sobre o conceito de persuasão e sua relação com a argumentação, ver: Pinto (2015).

9 Na acepção rabateliã, o L1/E1 ou (L) corresponde a uma entidade política construída textualmente, responsável por gerir diferentes enunciadores no universo textual.

auditório; e o terceiro, às qualidades propriamente ditas deste *ethos*. Assim, em síntese, defende-se aqui a natureza retórico-argumentativa deste L.

2.2 Do *ethos* individual ao *ethos* coletivo

A construção da imagem de si pelo discurso (*ethos*), já advinda de uma tradição aristotélica (Amossy, 1999; Pinto, 2010), é fundamental para que se possa atingir a finalidade pretendida, ao causar uma boa impressão e até a persuadir determinado auditório – Barthes (1970). Inclusive este último já sustentava a ideia de que o *ethos* não precisaria corresponder necessariamente àquilo que realmente o indivíduo era, mas o que importava era a imagem que construía e transmitia através das escolhas perpetradas a nível discursivo.

Os discursos políticos, enquanto atos de comunicação (Charaudeau, 2005) em que vários atores participam diretamente da cena comunicativa, têm a finalidade de influenciar opiniões. Na verdade, esses discursos são redutos privilegiados para a construção de uma imagem de si (*ethos*) em que a forma dos atores políticos se apresentarem socialmente tem um papel de destaque. É através desses discursos que princípios e valores devem servir de referência para a construção dessas adesões.

Contudo, como vivemos socialmente, somos, concomitantemente, seres individuais e coletivos (Charaudeau, 2005) e todas as escolhas enunciativo-discursivas perpetradas pelo ator político é um reflexo também daquilo que aspira o auditório em função do seu projeto de dizer. Assim, o *ethos* construído pelo discurso traz traços individuais deste agente, mas também os relativos ao público ao qual se dirige, de forma que se estabeleça uma relação empática, de confiança entre aquele que goza de legitimidade governativa e o povo que, democraticamente, o elegeu. É através desta construção simbiótica, discursivamente marcada, entre o individual e o coletivo que se constrói a impressão de que esse ator político, apesar de detentor de poder, é parte integrante desta coletividade. Charaudeau, inclusive, de forma tácita, vai mais além ao pontuar a relevância, na construção deste *ethos* de representações dos anseios sociais, morais e ideológicos do auditório. Como salienta:

Les *ethos* dépendent, pour leurs effets, de la rencontre entre les stratégies déployées par l'acteur politique et une certaine demande sociale (floue et inconsciente) d'*ethos*, de sorte que cette dernière

puisse se reconnaître dans le miroir qui lui est tendu. (Charaudeau, 2005, p. 142)

Na verdade, como bem salienta o autor referido, vivendo em sociedade e em grupos, somos seres individuais e coletivos concomitantemente. Isto nos obriga à submissão a algumas convenções languageiras (ou mesmo de natureza plurissemiótica) partilhadas com o grupo, deixando-nos margem, individualmente, a alguma criatividade discursiva.

Por outro lado, ratificando o ponto de vista de Charaudeau sobre a simbiose existente entre o *ethos* individual e o coletivo e a dificuldade de se distinguir as duas noções, Kerbrat-Orecchioni (2008) justifica a relação estabelecida entre os dois conceitos:

[...] *l'ethos individuel s'ancre dans l'ethos collectif* (l'orateur doit bien puiser dans un stock de valeurs partagées pour que "ça marche"), et inversement, *l'ethos collectif n'est appréhendable qu'au travers des comportements individuels dans lesquels il vient s'incarner* (ce sont les individus qui par leur comportement confirment et consolident les valeurs du groupe, en attestant du même coup leur adhésion à ces valeurs collectifs): il s'agit donc bien toujours de se montrer sous un certain jour, autant que possible favorable, en se conformant à certaines normes en vigueur dans la société d'appartenance (la non-conformité étant une forme de suicide social). (p. 2)

A partir dessas considerações introdutórias sobre as noções de *ethos* individual e coletivo, pode-se considerar que ambas nutrem-se de representações sociais, de ideias pré-concebidas que circulam em uma sociedade e em determinada cultura (Amossy, 2021, p. 36) e de valores socialmente já estabelecidos e partilhados (Koren, 2019). Contudo, pode-se considerar que, em alguns discursos, fortemente condicionados sócio-historicamente, a construção do *ethos coletivo* possa vir a ser de maior eficácia persuasiva do que a do *ethos individual*. Parte-se do princípio de que a construção discursiva do *ethos coletivo*, em função de algumas marcas linguísticas e também arrazoados argumentativos, como veremos nos exemplos selecionados, densifica a pertença social do ator político e sua inserção em uma coletividade. Aspectos estes que favorecem a interação com o grupo ao qual o discurso se dirige e a sua identificação com o mesmo, como aponta Burke (1969): "You persuade a man only insofar as you can talk his language by speech, gesture, tonality, image, attitude, idea, identifying your ways with his" (p. 55).

3. Metodologia

Esta contribuição insere-se em uma pesquisa mais ampla, liderada pela Professora Maria Aldina Marques, em que foram coletados os discursos proferidos pelos Presidentes da República, em 25 de Abril, de 1977 a 2023. Um total de 46 discursos, apresentados por 5 presidentes: Ramalho Eanes, de 1977 a 1985; Mário Soares, de 1986 a 1995; Jorge Sampaio, de 1996 a 2005; Cavaco Silva, de 2006 a 2016 e Marcelo Rebelo de Sousa, de 2017 a 2023.

Para este trabalho, em especial, foram selecionados dois discursos: o de Ramalho Eanes, de 1977 e o de Marcelo Rebelo de Sousa, de 2017. Vale salientar que os excertos dos mesmos serão identificados nominalmente. Trata-se, nos dois casos, do discurso de 25 de Abril, do primeiro mandato. Partindo do princípio de que questões situacionais variadas, históricas, sociais e culturais influenciam a construção desses discursos de natureza política e a materialização dos mesmos, considerou-se que a defasagem temporal poderia vir a ser uma mais-valia para a apreensão dos diversos *ethè* que poderiam vir a ser identificados.

De forma a respaldar as análises aqui desenvolvidas, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, privilegiando uma abordagem descendente (parte-se do contexto de produção e de sua situação de enunciação para a análise da materialidade linguística dos discursos), como já mencionado anteriormente.

A título de exemplificação, partes dos excertos dos discursos que merecem destaque, por questões analíticas, serão colocados em itálico.

4. Discussão analítica

Esta etapa será dividida em subseções: primeiramente, discorrer-se-á sobre aspectos sócio-político-históricos que possam vir a influenciar a materialização retórico-discursiva dos textos selecionados. Em um segundo momento, apresentar-se-ão alguns elementos do plano de texto¹⁰ e do conteúdo temático¹¹ a eles atrelados. Finalmente, por último, identificar-se-ão alguns

10 Para detalhes, ver: Pinto (2010) e Silva (2016).

11 Assume-se a definição proposta pelo círculo bakhtiniano, para o qual o tema é considerado um sistema de signos dinâmico e complexo, sendo atualizado e coibido em função dos contextos sócio-político-históricos (Volóchinov, 1979).

elementos formais (expressões nominais, verbais, índices de tempo, lugar e pessoa) de forma a delinear os *ethè individuais* e coletivos instaurados nos dois discursos. Lembra-se, dessa forma, que essas imagens de natureza retórica são depreendidas no universo textual-discursivo, através dos vários aspectos linguísticos e não linguísticos (embora aqui não analisados) textualmente selecionados pelos agentes políticos.

4.1. Contexto sócio-histórico-político de Portugal

Os discursos de 25 de Abril constituem eventos discursivos recorrentes, preferidos pelos Presidentes da República na data histórica para Portugal: o da libertação do regime salazarista. Normalmente são convidados a participar integrantes de vários partidos políticos e entidades diversas para participar de uma cerimônia formal. Os discursos são preparados previamente e lidos, sendo direcionados não apenas aos presentes, mas aos cidadãos portugueses de forma genérica que podem vir a acompanhá-los por *media* diversos.

No caso específico de 1977, não houve propriamente uma comemoração do 25 de Abril (o que pode vir até a justificar a restrição dos vocativos utilizados no plano de texto por Ramalho Eanes, como veremos), mas, de qualquer forma, houve um discurso do presidente para comemorar a data.

- (1) *Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, meus Senhores Portugueses*: Esta cerimônia marca o ponto mais alto dos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de Abril. (Ramalho Eanes, 1977)

Inclusive, é de se ressaltar que, na altura, foram realizadas as primeiras eleições para a Assembleia da República de Portugal. Vale salientar, ainda, o papel desempenhado por Ramalho Eanes, um dos grandes responsáveis pela estabilização política de Portugal, tendo liderado a ordem e uma possível deriva à esquerda radical pós *25 de Abril*.

Em 2017, por outro lado, observa-se um ritual bem mais robusto da data. Nesta, são convidadas autoridades de várias áreas de atuação, influenciando a panóplia de vocativos utilizados nas saudações iniciais do discurso.

- (2) *Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Antigo Presidente da República, Srs. Presidentes da Assembleia da República e Primeiros Ministros, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. Sras. e*

Srs. Embaixadores, Srs. Capitães de Abril, Sras. e Srs. Deputados, Digníssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Se, em 1977, houve uma espécie de demonstração de ruptura com o regime anterior (o da ditadura salazarista); em 2017, houve uma tentativa, por parte de Marcelo Rebelo de Sousa, de demonstrar de que forma as conquistas democráticas estavam sendo ameaçadas pelo regime populista que crescia no mundo e podia ameaçar Portugal. Lembremos que, neste ano, em janeiro, Donald Trump, do Partido Republicano (da direita), havia sido eleito presidente dos Estados Unidos da América.

Estes são dois contextos sócio-políticos diversos que trazem constrangimentos textuais relevantes e que vão coibir diretamente as escolhas perpetradas pelo agente político (e toda a sua equipe de marketing político) na construção discursiva.

4.2. Plano de texto e conteúdo temático

Como já afirmara Adam (1997), a partir de pressupostos desenvolvidos pelo círculo bakhtiniano, “les genres règlent globalement, et de façon plus ou moins contraignante, les différents plans de la structure de texte” (p. 671). Dessa forma os discursos de 25 de Abril, integrados no gênero discursivo de celebração político-patriótica, apresentam também determinadas características canônicas relativas à sua estrutura.

Já vimos que os dois discursos iniciam-se, em sua parte introdutória (exórdio – *exordium prooimion*), com saudações (evidentemente, estas são, como vimos, distintas em sua materialidade, em função das circunstâncias sócio-históricas em que foram produzidas). Esse exórdio visa “a captar a benevolência do público, buscando mobilizar ao mesmo tempo as provas éticas (relacionadas ao *ethos*) e patéticas (referentes ao *pathos*)” – Pinto (2010, p. 40), apresentando um dêitico temporal “hoje”, que aponta para o dia 25 de Abril de 1977 e 25 de Abril de 2017, dias em que os discursos são proferidos. Se, no primeiro caso, o L exalta a importância do enunciador (e) “povo”, responsável pela construção da democracia; no segundo, são os deputados da Assembleia da República (e) “eleitos por todo o povo português” que têm a sua relevância salientada.

A seguir, observam-se o desenvolvimento (composto na *dispositio* retórica clássica por uma *narração*, uma *confirmação* e uma *digressão*) e uma

conclusão (ou *peroração*, nos moldes retóricos¹²). Contudo, estas se apresentam também de forma diferente em 1977 e 2017. Dada a limitação espacial da presente contribuição, serão apresentadas algumas estratégias textual-discursivas utilizadas, identificadas a partir de recursos enunciativo-retóricos, nos dois discursos. Inicialmente, observar-se-ão algumas características do discurso de Ramalho Eanes e, a seguir, do de Marcelo Rebelo de Sousa. Ressalta-se aqui a importância do conteúdo temático em várias subpartes que serão identificadas e estudadas.

4.2.1. Discurso de Ramalho Eanes de 1977

No desenvolvimento do discurso proferido na data mencionada, observa-se a todo tempo um *contraponto* estabelecido entre o L no ato da enunciação propriamente dito (25 de Abril de 1977), demarcado pelo dêitico temporal “hoje” (reiterado nas linhas 6.^a e 16.^a) e os demais atores (enunciadores) que participaram ativamente da reconquista da liberdade do povo português. Observamos o exemplo abaixo:

- (3) *Hoje*, plenamente instituídos os órgãos do Poder, a *Assembleia da República*, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o País está presente nos seus *mandatários* e nos seus *responsáveis*.
Pesam, sobre a nossa *geração* sacrificada, as agonias do império, as dores de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se. (Ramalho Eanes, 1977)

Na verdade, a “democracia pluralista” opõe-se ao regime salazarista que apregoava uma política colonialista de “império” e repressora em territórios africanos e asiáticos em período pós Segunda Guerra Mundial.

Esta oposição é demarcada estabelecendo-se uma comparação entre o que era antes de 25 de Abril e a partir do “hoje”. Tal *argumento por oposição* pode ser implicitamente desvendado por determinadas marcas linguísticas:

- expressões qualificadoras com valor axiológico negativo e positivo, respectivamente – “sacrificada” x “nova”;
- expressões verbais no presente do indicativo, com valor axiológico negativo e positivo – “pesam” x “renasce”;

¹² Para detalhes, ver Pinto (2010).

- lexemas e expressões nominais com valor axiológico negativo em oposição aos com valor positivo – “agonias”, “sofrimento” x “democracia pluralista” (implicitamente a possibilidade com este novo momento de reconstrução do país “sem agonias”, “sem sofrimento”).

Poder-se-ia pensar também que essas marcas formais poderiam integrar um esquema argumentativo de oposição. Lembremos que esses esquemas “are forms of arguments (structures of inference) that represent structures of common types of arguments used in everyday discourse, as well as in special contexts [...]” (Walton, Reed & Macagno, 2008, p. 1).

Em termos descritivos, teríamos:

Premissa maior: Se X apresenta o predicado P , X não pode apresentar o contraditório (contrário, converso, incompatível) predicado P' ao mesmo tempo e em relação ao mesmo aspecto.

Premissa menor: X apresenta P .

Conclusão: X não pode apresentar P' ao mesmo tempo e em relação ao mesmo aspecto. (Esquema adaptado de Walton, Reed & Macagno, 2008, p. 317)

Aplicando-se ao exemplo acima, observar-se-ia:

Premissa maior: Se a nossa geração é sacrificada, ela não pode deixar de ser sacrificada.

Premissa menor: A nossa geração é sacrificada.

Conclusão: A nossa geração não pode apresentar as benesses de um novo renascer.

Lembremos aqui a relevância da construção discursiva de um ator político que procura se identificar, ser empático a todos aqueles que sofreram as consequências de um regime totalitário (no qual ele próprio se insere):

- (4) *Não podemos continuar* a iludir o futuro com base nas frustrações do passado. [...].
Somos uma geração de sacrifício. (Ramalho Eanes, 1977)

Do ponto de vista enunciativo, observam-se várias marcas linguísticas que endossam a identificação desse L com aqueles aos quais o seu discurso se dirige, como: o emprego do pronome pessoal de primeira pessoa do plural “nós” e expressões verbais no presente do indicativo. A primeira composta por uma expressão perifrástica de caráter ambíguo epistêmico/deôntico, na forma negativa “não podemos continuar”; e a segunda, pela construção verbal “somos” acompanhada pela expressão nominal “geração de sacrifício”. Todos esses indícios demarcam a *eunoia* (identificação) deste *ethos com o* auditório (interlocutores que o ouvem/veem), procurando uma proximidade com os cidadãos portugueses (este L também sofreu), de forma a estimulá-los a construir um novo país, apesar de tudo aquilo que todos (ele inclusive) passaram.

O *ethos de identificação coletivo*, centrado nos valores democráticos apreendidos pela Revolução de 25 de Abril, passa, também, pela construção de um *ethos individual*, em que o próprio ator político cria uma estratégia de proximidade com os seus interlocutores a partir de uma espécie de *argumento ad misericordiam*. O sofrimento foi vivido por todos (inclusive ele): “geração de sacrifício”.

Outra estratégia utilizada pelo L para se aproximar dos cidadãos portugueses, em geral, é a utilização de recursos interdiscursivos para relembrar feitos históricos, ressaltando a força do povo e os valores nacionalistas atrelados ao “ser português”. Vejamos o exemplo abaixo:

- (5) No seu trajeto histórico, o povo português *teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da Pátria*, a identidade cultural, a dignidade da Nação. *Hoje*, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do Mundo: para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os Portugueses. (Ramalho Eanes, 1977)

Aqui, implicitamente, faz-se menção a etapas difíceis enfrentadas pelo país em sua história em épocas diversas: desde a época das Grandes Navegações até agora, estabelecendo uma espécie de analogia com o momento atual por que passa o país. Tal transição é demarcada pelo dêitico temporal “hoje”.

Se, por um lado, as expressões perifrásticas explícitas ou implícitas: “teve de” “enfrentar”/“vencer”/“derrotar”/“defender”, atestam o poder do povo de

vencer as dificuldades, em diversos momentos da história, em prol da manutenção da “independência da Pátria, da identidade cultural, da dignidade da Nação”, por outro, os momentos ainda continuam difíceis: “como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades”.

Esta analogia (argumento por analogia (Walton, Reech & Macagno, 2008, p. 315)) funcionaria como uma espécie de modelo (argumento que funda o real (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1988, p. 489)) a ser seguido.

Vejamos o esquema argumentativo abaixo:

Premissa similar: Geralmente, caso C1 é similar ao caso C2.

Premissa de base: A é verdadeiro (falso) no caso C1.

Conclusão: A é verdadeira (falsa) no caso C2. (Adaptado de Walton, Reech & Macagno, 2008, p. 315).

Aplicando o esquema ao exemplo, teríamos:

Premissa similar: Geralmente, as dificuldades por que passam agora (pós 1974) são similares àquelas enfrentadas em outros momentos da história similar ao caso C2.

Premissa de base: As dificuldades enfrentadas pelo povo foram intensas na história e conseguiram vencer.

Conclusão: As dificuldades enfrentadas agora pelo povo também são intensas e conseguem vencer.

Ao relembrar a atitude do povo português, o ator político ressalta o valor do povo e a sua resiliência face aos problemas. É um comportamento a ser imitado, uma vez que só se imita aquele que é reconhecido e tem prestígio.

É interessante observar que o *argumento que funda o real* aqui, construído como um *argumento por analogia* – Pinto (2014) a partir de Walton, Reed e Macagno (2008) – pode se assemelhar a um *argumento narrativo* (Tindale, 2017; Bex & Bench-Capon, 2017). Este é de extrema importância em discursos políticos, em que se procura a adesão de um auditório a determina ideia, ou seja, a persuasão.

The stories are not recalling what is already there, as in an allusion; but they are adding to what is currently available. The argumentative force of such a strategy is to bring an abstract idea into a lived experience where it might resonate in the lives of the audience. The arguments may have the force of reinforcement, or for persuasion itself (Tindale, 2017, p. 28).

Vale ressaltar que o argumento por modelo/analogia/narrativo, em função do quadro teórico a se refere, com suas especificidades, traz à tona, inferencialmente, eventos dos séculos XV, XVI e 2.^a parte do século XX, propriamente ditos, e não ao próprio 25 de Abril, como se observa em outros discursos comemorativos da data. Tal especificidade é uma das características estilísticas do discurso de Ramalho Eanes, em 1977, contrapondo-se ao de outros presidentes posteriores. Esta recorrência havia sido mencionada por Pita (2024) quando trabalha com a descrição de vinte discursos presidenciais de 25 de Abril (de 1977 a 2023). Tal observação talvez seja pelo fato do discurso de 25 de Abril, aqui colocado, ser o do primeiro presidente eleito após a revolução.

É um *ethos individual* que faz reviver valores históricos, que é instaurado em prol de um *ethos coletivo ciente*, seguro dos valores construídos. E, ainda, seguro de que esses valores são constitucionalmente assegurados. O L é um mero intermediário deste processo de redemocratização do país, uma vez que esta é assegurada por patamares plasmados pela própria Constituição da República Portuguesa (CRP) que assume o verdadeiro protagonismo, podendo vir aqui a ser considerado um argumento de autoridade frente ao contexto sociopolítico por que passa o país. Aqui o *ethos individual* do estadista é construído, sendo subalterno à própria CRP que representa a vontade do povo, uma vez que a Assembleia da República Portuguesa foi eleita pelo povo.

(6) O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objetivos, as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na *construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida*. (Ramalho Eanes, 1977)

Tal autoridade da CRP é demarcada por todas as marcas linguísticas delineadas no discurso, evidenciadas pela expressão temporal “25 de Novembro” no cenário português. Lembremos que, nesta data, em 1975, houve uma intervenção militar liderada pelo general Ramalho Eanes que

procurava restaurar a ordem, de forma a evitar que a esquerda radical tomasse conta de Portugal. Na verdade, esse marcador temporal acompanhado da expressão perifrástica “viesse a definir” e dos lexemas “objetivos”, “metas” e “caminhos”, funciona como argumento narrativo, possibilitando um futuro para o país “mais” rico e “mais” igual. Implicitamente, é estabelecido interdiscursivamente um diálogo entre o discurso de forças militares mais à esquerda e as mais à direita, de tendência moderada, que consideram que os aspectos econômicos também são fulcrais. Se aqui o *ethos individual capitalista* do presidente é construído, ele o é em função de uma nova geração que está a ser construída e que precisa de respaldo financeiro para se desenvolver. Vale salientar que Ramalho Eanes é um militar que se afastou de outros militares (de tendência comunista) para defender a democratização do país, em 25 de Novembro, desconstruindo o *ethos pré-discursivo* ou *prévio que poderia vir a ser* expectável. Um *ethos combativo* é construído, em prol do *bem comum* da população. Evidentemente, o ator político que o representa goza de *credibilidade, autoridade moral*, servindo como um *influenciador político* para as novas gerações. Poder-se-ia pensar na existência de um raciocínio silogístico:

“Se o povo, incluindo a nova geração, acatar ‘os objetivos’, ‘metas’ e ‘caminhos’ defendidos pela CRP, então o povo (no qual se inclui a nova geração) se tornará ‘mais rico’, ‘mais igual’”.

Evidentemente, o dialogismo, como indicara Volóchinov (círculo bakhtiniano) ainda de forma incipiente e não explícita, é o princípio constitutivo da linguagem. Como o autor afirma: “Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia de atos de fala” – Volóchinov (1979, p. 98). Cabe ao interlocutor/auditório em seu percurso interpretativo estabelecer esses elos dialógicos e interdiscursivos de forma a depreender uma possível rede de sentido(s).

Outro tema que merece relevância na *dispositio* do discurso de Ramalho Eanes é a questão econômica, não sendo descuidada a questão social. Nesse contexto, é um *ethos progressista e humanitário* ao mesmo tempo do ator político que é discursivamente construído:

(7) *A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento é por isso objectivo que o aparelho de Estado tem de conseguir com rapidez. Há que introduzir no mercado financeiro novos agentes ou novos métodos que respondam à celebridade*

de decisão que *exige o funcionamento de uma economia moderna*.
(Ramalho Eanes, 1977)

A utilização de lexemas e expressões nominais, como: “investimento”, “economia”, “mercado financeiro”, “economia moderna”; a da expressão perifrástica “tem de” + verbo no infinitivo, com valor de obrigatoriedade; a da expressão verbal como valor deôntico “há que” e a do verbo “exige” salientam tanto a necessidade do desenvolvimento econômico do país quanto a sua urgência.

Contudo, as questões econômicas devem ser pautadas por valores legais. Na realidade, todas as decisões devem ser eleitas, primeiramente, pela Assembleia (que representa o povo), antes de ser implementadas. O respeito ao princípio da legalidade é absoluto. Dessa forma, a segurança dos cidadãos e a democracia são respeitados. É a Assembleia da República (eleita pelo povo) que tem um papel urgente e decisório.

(8) *Aguardam apreciação desta Assembleia diplomas importantes para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na ausência de ordenamento legal, todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica.* (Ramalho Eanes, 1977)

Ainda, não se distanciando dos valores sociais e igualitários apregoados pelos partidos de esquerda, normalmente, o L constrói também um *ethos humanitário* e *socializante*, ecoando textualmente valores atrelados aos discursos de seus opositores. Senão, vejamos:

(9) *A maioria dos trabalhadores não aceita livremente este tipo de actuações, que mais cedo ou mais tarde lhe roubariam o pão e a liberdade. É por isso urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.* (Ramalho Eanes, 1977)

O que se observa é que o *ethos humanitário e socializante* está a serviço de um *ethos coletivo* que apregoa o *bem-comum* em uma sociedade democrática, mas pautada no princípio da dignidade humana.

Na última parte da *dispositio* do texto, a conclusão, observa-se claramente a preocupação do ator político com o futuro do país e o seu comprometimento nesta tarefa. Tais aspectos são observados discursivamente por vários recursos:

- uso de verbos no futuro do indicativo – “não hesitarei”: “contribuição”; “não haverá”; “exigirá”; “fará”.
- emprego de qualificadores (modalidades apreciativas) – “medidas necessárias”; “corretas”.
- enunciadores/vozes convocados para auxiliar o ator político na sua missão – “forças armadas”; “povo português”.
- uso do pronome de 1.^a pessoa do plural – “nós vivemos”.

Um *ethos* de líder é construído, em prol de um *ethos* coletivo em busca dos princípios democráticos de direito. Na realidade, como colocado por L, trata-se da “primeira oportunidade democrática em meio século”.

4.2.2. Discurso de Marcelo Rebelo de Souza de 2017

Como já observamos anteriormente, o discurso de Marcelo Rebelo de Souza, de 25 de Abril, da mesma forma que o anterior, apresenta um exórdio similar.

Contudo, a parte do desenvolvimento do discurso, que engloba a narração, a confirmação e a digressão, como vimos anteriormente, mostra-se distinta no discurso de MRS em relação ao de RE. Do ponto de vista temático, também, observar-se-ão algumas diferenças em sua materialidade textual-discursiva, em função também de contextos sócio-histórico-políticos distintos e épocas diferentes. Lembremos que há um hiato de 40 anos entre os dois discursos.

Vejamos alguns aspectos que nos parecem relevantes.

No texto em apreço, em termos analíticos, consideramos dois trechos narrativos, subdivididos em subpartes, que visam a sustentar a tese da importância da comemoração do 25 de Abril. No primeiro trecho, é o enunciador-professor que traz argumentos para provar a sua tese; no segundo, é o L, propriamente dito, que se dirige ao povo, insistindo sobre alguns argumentos já defendidos na primeira parte.

1.º trecho narrativo: narratio que funciona como argumento por narração:

Primeiramente, o L (demarcado pela primeira pessoa do singular “eu” e pelo verbo “ouvir” na primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo “ouvi”) traz à tona um argumento narrativo através da utilização de exemplos vivenciados em sala de aula enquanto professor (enunciador-professor).

Na narração, aqui considerada como argumento estratégico utilizado, o L assume discursivamente a sua imagem de docente universitário (*ethos pré-discursivo/ethos prévio*), dirigindo-se ao seu interlocutor “jovens alunos” e, num tom professoral e didático, dirige-se ao mesmo (*ethos didático*). Essa didaticidade para mostrar a importância das comemorações da data aos jovens é demarcada por duas interrogações retóricas: uma introduzida pelo condicional presente “faria” + “ainda” e a outra pela expressão verbal condicional “seria preferível” acompanhada pela partícula negativa “não” que virão a servir como argumento para sustentar a relevância da data no cenário português:

(10) *Faria ainda* sentido uma cerimónia, aparentemente de mera rotina, num claustro fechado, dividia entre reiterar a devida gratidão aos destemidos militares de 1974 e a todos quantos os haviam antecedido, na luta pela liberdade e democracia [...]? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

(11) *Não seria preferível* viver a data fora deste Hemiciclo, junto de mais portuguesas e portugueses, num gesto de abertura da política a problemas concretos do dia a dia [...]? (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A construção deste *ethos didático* faz o enunciador-professor se integrar à linguagem e ao pensamento dos jovens, aproximando-se dos mesmos (*eunoia* do *ethos* retórico) que procura a confiança do auditório e também o rompimento de uma possível hierarquia.

Em uma segunda subparte da *narratio*, introduzida pelo organizador textual “ademais”, ainda, o enunciador-professor estabelece os efeitos nefastos do mundo digital junto aos jovens e a todos: “mensagens mais sérias fluem a ritmo alucinante” x “sem que emissores e recetores se apercebam de que ficam *reféns* de uma precipitação, de um esquecimento, de uma *menor ponderação de conteúdos*”.

Na verdade, implicitamente, aqui o enunciador-professor se funde já ao L para começar a delinear o teor perigoso do mundo digital, inclusive na proliferação de conteúdos, muitos falsos, influenciando o domínio político.

Em uma terceira subparte, introduzida pelo organizador textual e pelo pronome com valor anafórico, “é por tudo *isto*” que o L volta realmente à tona mostrando a sua conclusão:

- (12) [...] é por tudo isto [fazendo referência ao que foi exposto anteriormente] e mais a contingência de este empobrecimento ético e doutrinário abrir caminho a radicalismos egoístas e excludentes, racismos e xenofobias, messianismos que da democracia apenas gostam de usar o que lhes convenha, que faz sentido manter viva esta tradição. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A utilização dos lexemas “empobrecimento” “radicalismos” (acompanhado de modificadores de nome com valoração negativa); “racismos” e “xenofobia” estabelece um diálogo interdiscursivo com o que está se passando no mundo, na época, com o crescimento da política sustentada pela direita no mundo, na altura. Ao mesmo tempo, estabelece-se, no discurso, um sinal de alarme e a necessidade de manter, no país, esta memória, ou melhor, esta tradição. A tese desta narração/confirmação é apontada ao final do parágrafo: “faz sentido manter viva esta tradição”. Implicitamente, poder-se-ia resgatar um *argumento por analogia* implícito em que o que se passa no exterior (no caso, os Estados Unidos da América) funciona como um *modelo* que pode ser seguido por outros países, inclusive Portugal. Na verdade, L, com seu conhecimento (*phronesis*), se autorrepresenta discursivamente como um *ethos visionário* em relação aos problemas que ameaçam o mundo.

2.º trecho narrativo: narratio que funciona como argumento por narração

Esta parte inicia-se com a unidade textual “Hoje, mais do que nunca”. Nesta, o dêitico temporal “hoje” é acompanhado da expressão “mais do que nunca” de caráter enfático. Esta demarca uma transição para outro trecho narrativo em que *argumentos de natureza histórica* são utilizados para mostrar que Portugal (pelos exemplos de seus líderes políticos, Assembleia da República, líderes políticos – *argumento por exemplo*¹³) deve continuar a celebrar a data de 25 de Abril, inclusive para ratificar a democracia e afastar a ameaça da influência da política estadunidense.

Uma primeira subparte traz à tona o *argumento por exemplo* de Mário Soares, acompanhado também de pronomes (pessoal átono e possessivo), respectivamente, de primeira pessoa do plural: “nos” e “nossa” – (L + “o povo português”). Na verdade, o emprego destas marcas na primeira pessoa do plural, implicando discursivamente sujeitos que não foram consultados

¹³ Para detalhes sobre o esquema argumentativo referente a este tipo de argumento, ver: Walton, Reed e Macagno (2008, p. 314).

previamente, demarca uma estratégia discursiva de força (Maingueneau, 1991, p. 110) com valor, a meu ver, persuasivo.

- (13) *Para evocar os que já nos deixaram, como Mário Soares – ainda há três meses – mas que continuam vivos na nossa memória.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Uma segunda subparte é centrada na importância da Casa (Assembleia da República) e dos partidos políticos que a compõem. Esta subparte como a anterior é iniciada pela anáfora: “para” + “verbo no infinitivo” + “que”. Esta repetição de expressões em início de enunciado é, inclusive, uma das características dos gêneros jurídicos, como já apontara Pinto (2010). Citemos o excerto a seguir:

- (14) *Para recordar que, se é verdade que a democracia está longe de acabar nesta Casa, ou em todos os órgãos de soberania, a Assembleia da República é um símbolo primeiro da democracia portuguesa...protege-nos a todos contra a descredibilização da política, a tentativa da demagogia, a revivescência de messianismo, oferecendo passados improváveis ou futuros ilusórios.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Aqui a Assembleia da República é enaltecida como um “ser divino” capaz de proteger os portugueses. Evidentemente o interdiscurso com a história passada de Portugal ainda ecoa e, implicitamente, o *ethos visionário* ainda se mantém, em função das influências de outros países.

A 3.^a subparte centra-se na utilização da anáfora “Os portugueses constroem democracia” (3 recorrências) e vários argumentos são desenvolvidos para sustentar essa asserção. Nessa subparte, em especial, “os portugueses” assumem o protagonismo:

- (15) *Em suma, aos portugueses devemos a nossa democracia ser efetivamente representativa e salutarmente participativa, ser passado, mas também presente e futuro.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Com o organizador textual “em suma”, L enaltece a importância do povo na manutenção dos valores democráticos. O Estado Democrático de Direito é construído pelo Povo. Lembremos que o docente universitário de Direito Constitucional (Marcelo Rebelo de Souza – aqui Presidente da República) está sempre discursivamente representado através de L. O seu ponto de

vista e a orientação argumentativa são delineados pela presença de modalizadores apreciativos “efetivamente” e “salutarmente”.

Todos os *ethè* individuais repertoriados do L se fundem em um *ethos coletivo* democrata, assente em valores defendidos pela democracia. Esta deve ser multicultural:

- (16) Amar a Nação de coração aberto, de alma universal, não renegando as nossas *raízes identitárias* mas sabendo que ela foram feitas (...) *de traços culturais gregos, romanos, fenícios, (...) mouros, judeus, e, mais tarde, africanos, asiáticos e americanos. Um nacionalismo patriótico e universal, não um nacionalismo egocêntrico.* (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

Mais claramente é descrito um *ethos coletivo multicultural, universal, sem preconceitos de toda a espécie*. Este *ethos coletivo* aqui retratado se contrapõe ao *ethos coletivo xenófobo e discriminatório* de alguns Estados que defendem políticas de *extrema-direita*.

Claramente, este é o conteúdo temático central ao longo de todo texto (luta contra políticas de extrema-direita) e que reverbera na peroração, mais voltada para o futuro do país.

- (17) [...] Portugal *tem de fazer mais e melhor* [...] *somos uma Pátria em paz, com apreciável segurança, sem racismos e xenofobias de tomo* [...] por isso *temos resistido* à nova vaga dita populista que percorre este mundo *afora*. (Marcelo Rebelo de Sousa, 2017)

A modalidade deontica “tem de” acompanhada com o infinitivo “fazer” pode enfatizar a preocupação do L: a guerra contra as influências políticas não está vencida. Contudo, existe, acima de tudo, um *ethos coletivo patriótico* que partilha valores identitários positivos (*arete*):

- Qualificador axiologicamente positivo: “*apreciável segurança*”.
- Expressões nominais axiologicamente positivas: “*em paz*”, “*sem racismos*”, “*(sem) xenofobias*”.

A peroração encerra-se com uma espécie de organizador textual: “Numa palavra” que se refere a todo o conteúdo discursivo anteriormente apresentado, sintetizando-o, acompanhado dos vocativos “Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados” e da unidade textual “*nós orgulhamo-nos de Portugal*”.

Este epílogo da peroração demarca com clareza o caráter ambíguo do L (enunciador político). Por um lado, o L (enunciador político) tem um estatuto político (aqui a *phronesis*) que integra junto com os demais membros do Governo e da Assembleia da República o poder político. Por outro lado, este mesmo L (enunciador político) é um dos cidadãos portugueses e dele é próximo (a *eunoia*).

5. Considerações finais

Pelo exposto, constatou-se que a construção dos *ethè* individuais dos discursos políticos de 25 de Abril, textualmente desvendada, dos dois atores políticos é fortemente constringida pelos contextos sócio-histórico-políticos em que foram produzidos.

No caso do discurso de 1977, de Ramalho Eanes, observa-se a construção de um L compósito: ora progressista (voltado para a necessidade de um desenvolvimento econômico) ora humanista (direcionado à política de proteção aos trabalhadores apregoada pelos partidos mais à esquerda). Lembremos que, na altura, logo após a Revolução de 1974, o país deveria ser reerguido pela nova geração e, ao mesmo tempo, estava ainda com forças que se opunham à democracia (em minoria, na época). Há também um *ethos* de líder, um *ethos* complacente (que se identifica com o sofrimento do povo). A identificação do L (enunciador presidente) com o público (*eunoia*) é feita, inclusive, pelo argumento *ad misericordiam*.

No discurso de 2017, o de Marcelo Rebelo de Sousa, o L apresenta uma imagem didática (*ethos* didático), mas sobretudo um *ethos* visionário, uma vez que se mostra preocupado com as possíveis influências que as políticas de direita representam para os Estados europeus, inclusive para Portugal.

As tonalidades dos *ethè* individuais construídas são distintas, os conteúdos temáticos atrelados à construção dos mesmos, também, contudo os recursos linguísticos, os tipos de argumento utilizados (o narrativo, o por analogia e o modelo), por exemplo, são similares.

Ainda, é de se ressaltar que o *ethos* coletivo que se faz presente, nos dois discursos, é o identitário, respeitando o *princípio democrático de direito* (constitucionalmente plasmado), assente em uma memória/tradição histórica do próprio povo português (argumento narrativo¹⁴). Contudo, este é

14 Para exemplos da utilização do argumento narrativo em discursos de 25 de Abril, ver: Pita (2023).

referenciado e focalizado com tonalidades distintas. No de 1977, existe uma centralidade em questões econômicas e sociais; no de 2017, em aspectos sobretudo políticos, o *ethos coletivo* de identidade nacional multicultural é construído, em função de um contexto político específico – o crescimento da extrema direita a nível global. Tais mecanismos enunciativo-retóricos específicos requerem materialidades retórico-enunciativas específicas e distintas.

Em suma, ao considerar a enunciação de um ponto de vista alargado, como se propôs aqui neste capítulo, conseguiu-se um percurso interpretativo mais complexo e mais adequado ao estudo dos exemplares de gênero discursivo em análise. Evidentemente, trata-se de uma pesquisa ainda com teor exploratório, carecendo de um *corpus* analítico mais extenso para uma possível generalização de resultados.

Referências

- Adam, J.-M. (1997). Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire* 75, 665-685.
- Amossy, R. (1999). L'éthos au carrefour des disciplines. In R. Amossy. (dir.) *Images de soi dans le discours. La construction de l'éthos*. (pp. 127-154). Delachaux et Niestlé,
- Amossy, R. (2012). *L'argumentation dans le discours*. Armand Colin.
- Amossy, R. (2021). Qu'est-ce que c'est l'éthos collectif. In R. Amossy et E. Orkibi. *Ethos collectif et identités sociales* (pp. 21-51). Garnier.
- Bakhtin, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.
- Barthes, R. (1970). L'ancienne rhétorique. Aide-mémoire. *Communications* 16, 172-229.
- Benveniste, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale II*. Gallimard.
- Bex, F. & Bench-Capon, T. (2017). Arguing with stories. In P. Olmos (eds.). *Narration as Argument* (pp. 31-45). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2. Acesso em: 10 de março de 2024.
- Burke, K. (1969). *A Rhetoric of Motives*. University of California Press.
- Charaudeau, P. (2014). Itinéraire brésilien d'un analyste du discours. L'énonciation dans tous les moments de la vie. http://www.patrick-charaudeau.com/spip.php?page=imprimer_article&id_article=262.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.

Charaudeau, P. (2015). De la linguistique de la langue à la linguistique du discours, et retour. In G. Engwall & L. Fant (eds.), *Festival Romanistica*. Stockholm. <https://doi.org/10.16993/bac.a>.

Ducrot, O. (1984). *Le Dire et le Dit*. Minuit.

Fiorin, J. L. (1999). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. Ática.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1980). *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*. Armand Colin.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2008). *L'éthos dans tous ses états*, communication prononcée au III Symposium Internatinal sur l'Analyse du Discours: "Emotions, *ethos* et argumentation", Université Fédérale de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1-4 avril 2008.

Koren, R. (2019). *Rhétorique et Éthique. Du jugement de valeur*. Garnier.

Maingueneau, D. (1991). *Discours et analyse du discours*. Armand Colin.

Maingueneau, D. (1999). Ethos, cénographie et incorporation. In R. Amossy. (dir.). *Images de soi dans le discours*. La construction de l'éthos (pp. 75-100). Delachaux et Niestlé.

Maingueneau, D. (2004). Retour sur une catégorie: le genre. In J.-M. Adam, J.-B. Grize & M. A. Bouacha. (eds.). *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. (pp. 107-118). Editions Universitaires de Dijon.

Maingueneau, D. (2008). Ethos, cenografia, incorporação. In R. Amossy, (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos* (pp. 69-92). Ed. Contexto.

Marques, M. A. (2018). Enunciação e referenciação. Os discursos de celebração de Abril. Enunciation and referencing. The speeches celebrating April. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* 7, 120-141.

Marques, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril. *Forma breve* 11, 297-311. <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/5416>.

Pinto, R. (2010). *Como argumentar e persuadir*. Prática: Política, Jurídica, Jornalística. Quid Juris.

Pinto, R. (2014). Analogical Argumentation in Text Genres. In H. J. Ribeiro (ed), *Systematic Approaches to Argument by Analogy* (pp. 171-187). Springer. https://doi.10.1007/978-3-319-06334-8_10

Pinto, R. (2015). Argumentação e persuasão em gêneros textuais. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em discurso e Argumentação* 9 (1), 102-114. <http://periodicos.uesc.br/index.php/ei-dea/article/view/839>.

Pita, S. & Pinto, R. (2017). Ethos na prática política: uma análise comparativa em contextos luso-brasileiros. *Raído* 11 (25), 271-279. <https://doi.org/10.30612/raido.v11i25.5070>

Pita, S. (2023). Discursos de 25 de Abril: percurso histórico de um género político/ Discourses of April 26th: historical trajectory of a political genre. *REDIS: Revista de estudo do discurso* 13, 184-217. <https://doi.org/10.21747/21833958/red13a7>.

Rabatel, A. (2008). *Homo Narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit*. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit. Editions Lambert Lucas.

Rabatel, A. (2014). Empathie, points de vue, méta-représentation et dimension cognitive du dialogisme. *Études de Linguistique Appliquée* 173, 27-45. <https://www.cairn.info/revue-ela-2014-1-page-27.htm>.

Silva, P. (2016). Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Humanísticos: série ciências da linguagem* 30 (1), 181-224.

Tindale, C. (2017). Narratives and the Concept of Argument. In P. Olmos (eds) *Narration as Argument*. Argumentation Library, vol 31 (pp. 11-30). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-56883-6_2

Volóchinov, V. (1979). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem (Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). Hucitec.

Walton, D., Reed, C. & Macagno, F. (2008). *Argumentation Schemes*. Cambridge University Press.

Webgrafia

Presidência da República Portuguesa. (2024). <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2017/04/sessao-solene-comemorativa-do-43-o-aniversario-do-25-de-Abril/>.

Parlamento (2024). <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r3.dar&diary=s1l1sl1n100-3370&type=texto>.